

# Os Afro-Brasileiros no Processo de Formação Étnico-Cultural da Amazônia e as Possibilidades Metodológicas para o Ensino da Capoeira na Educação Básica

*The Afro-Brazilian in the Process of Ethnic-Cultural Organization from Amazon and Methodology Possibilities for Capoeira in School Education*

---

**Marcio Raiol Santos**

marsraiol@gmail.com  
Universidade Federal do Pará – UFPA

**Raul Marques Cortez**

Universidade Federal do Pará.  
Danielle Leite Oliveira – Universidade Federal do Pará.

**Inayra Nazaré Morgado Nascimento**

Universidade Federal do Pará.  
Marcio Antonio Raiol dos Santos – Universidade Federal do Pará.

O Brasil é um país de dimensões continentais, miscigenado e que abriga culturas de diferentes povos que contribuem para a pluralidade étnico-cultural de nossa nação. Os povos oriundos do continente africano e seus descendentes representam uma parcela importante da população brasileira, colaborando efetivamente para a construção de nossa identidade, história e cultura.

Entretanto, o contexto no qual os africanos trazidos como escravos foram inseridos na sociedade brasileira, fez com que historicamente a contribuição dos elementos de matriz africana para o processo de formação histórica cultural de nosso país tenha sido menosprezada, gerando preconceito, intolerância e desrespeito, mazelas que se perduram por séculos. Desse modo, há uma dívida histórica da nação brasileira perante parte

de sua população que tem sua origem ligada direta ou indiretamente ao continente africano.

Para Coelho (2008), o baixíssimo número de trabalhos acadêmicos relacionados a questões sobre o continente africano e suas matrizes é um fator preocupante, que acentua as mais diversas formas de preconceito existentes. Para que haja uma mudança significativa a partir de uma quebra de paradigma é necessário que aconteça a inserção da temática relacionada ao continente africano em todos os setores da sociedade e, principalmente, no que se refere à Educação.

Portanto, é relevante trazer esse debate para os espaços sociais, a fim de fazer com que os sujeitos envolvidos possam refletir sobre a necessidade de reconhecer e valorizar os elementos de matriz africana que são intrínsecos à nossa cultura, contribuindo assim para a construção de uma sociedade que se baseia na tolerância e no respeito.

Nessa perspectiva, a lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou obrigatório o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas redes de ensino público e privado, ressaltando a importância dos discentes conhecerem a:

história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2008).

Assim, é responsabilidade da Educação Básica desenvolver e promover tais conhecimentos e seus aprofundamentos de forma não só conceitual, mas vivencial.

A Educação Física como componente curricular da Educação Básica (LDB art. 26) deve assumir sua parcela de responsabilidade e promover reflexões e ações que partam da cultura africana e afro-brasileira por meio do reconhecimento, valorização, significação e ressignificação das práticas corporais de matrizes africanas.

Nesse sentido, a capoeira apresenta-se no ambiente escolar como elemento importante para o processo educativo no que se refere às questões motoras, culturais, sociais, políticas, e históricas, podendo ser abordada por intermédio de várias disciplinas, dentre elas, a Educação Física.

## A Depreciação do Continente Africano

Desde muito cedo os africanos de todo o continente foram alvo de curiosidade dos europeus e povos da Ásia, e nem sempre as descrições e representações construídas sobre eles, principalmente sobre os negros, foram pejorativas e depreciativas, o que talvez tenha se tornado comum a partir dos séculos XIV e XV, sobretudo diante de um olhar europeu cristão, diferentemente de análises escritas anteriormente por viajantes, peregrinos e geógrafos muçulmanos (PAIVA, 2011).

Paiva (2011) afirma ainda que alguns fatos históricos foram fundamentais para se entender a mudança de olhar sobre os povos africanos, fomentando a depreciação física, intelectual, cultural, religiosa e humana, acarretando o enorme e inédito comércio transatlântico de escravos que se iniciaria.

A famosa batalha de “Lepanto”, que aconteceu em 1571, com a vitória dos cristãos sobre os muçulmanos; a expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica em 1492; a expansão do catolicismo Ibérico sobre o Mediterrâneo africano e sobre o Novo Mundo; a difusão da Bíblia, na qual o livro dos Gênesis aponta que Noé proclamara uma maldição sobre os descendentes de Cam, um de seus filhos; e as cruzadas, que contribuíram para enegrecer a pele de todos os não cristãos, são fatos que possibilitaram tal mudança e depreciação.

Nesse sentido, pode-se dizer que nem sempre os povos africanos foram colocados numa perspectiva de inferioridade, e a igreja católica, que muito influenciou a humanidade durante toda a história, contribuiu diretamente para a escravidão e a conseqüente desvalorização do continente africano e seus procedentes, tendo como discurso a superioridade do europeu branco e cristão, em detrimento do africano negro, herege e inferior.

## A Contribuição Do Negro Para A Formação Étnico-Cultural Da Amazônia

Antes do período colonial a Amazônia era exclusivamente indígena. Durante o processo de colonização se tornou hispânica e lusa, e na época da borracha se tornou mais nordestina, diante do considerável contingente de mais de 500.000 migrantes atraídos pelo ciclo da borracha que se deu prioritariamente entre os anos de 1870 a 1920 (CANCELA, 2006).

Desse modo, Benchimol (2009, p.117), diz que:

“a maioria dos autores e analistas do processo de povoamento dá ênfase à participação do índio, caboclo, português e outros grupos de migrantes, enquanto que a contribuição social, econômica e cultural do negro é sistematicamente diminuída ou menosprezada no conjunto das etnias formadoras da sociedade amazônica.”

No entanto, é necessário rever e recuperar a memória e a importância da população negra nos tempos coloniais, perpassando necessariamente pelas estatísticas do tráfico negreiro realizado, que trouxe ao Brasil, no período de 1531 a 1855, aproximadamente 4.009.500 africanos vindos principalmente da Guiné, Mali, Moçambique, Benin, Angola, Costa da Mina, Costa do Marfim, Congo e outras nações africanas (SALLES, 1971).

Com grande parte desse número de escravos vindos para a Amazônia, torna-se inegável a contribuição ativa do negro para a formação étnico-cultural amazônica, influenciando diretamente a cultura local, manifestada no vocabulário, cultos religiosos, mitos e lendas, poesia, música, danças, culinária, jogos e brincadeiras, na capoeira, entre outros.

A inserção do negro na miscigenada sociedade amazônica aconteceu de forma paulatina e à medida que se incorporava, via-se a necessidade de adoção de uma postura de resistência e luta contra o regime escravocrata e o preconceito de raça que regia as convenções sociais da época.

Durante o ciclo da borracha a participação do negro e dos afro-brasileiros foi em pequena escala, diante da grande migração nordestina que se deu nesse período. Cabia aos africanos e seus descendentes, outras atividades, não menos importantes, mas que impossibilitavam uma ascensão social e cultural dos mesmos diante do contexto político e social da época.

Dessa forma, Benchimol (2009, p.119), relata que:

os contingentes negros existentes em Belém e Manaus exerciam funções quase servis, como domésticas, cozinheiras, lavadeiras, trabalhadores braçais, estivadores, carregadores do porto e outros trabalhos sujos, pesados e perigosos, pois o preconceito e a discriminação social dificultavam a ascensão social. Esta, quando ocorria, se realizava pelo casamento ou mancebia, como amantes teúdas e manteúdas com algum português ou comerciante, cujos filhos passavam a ter acesso a posições mais compatíveis com o status do seu pai. Foi uma longa luta, dura e árdua, pois os estratos sociais negros e mulatos, apesar do discurso da democracia racial sem preconceitos, sempre foram vítimas de discriminação.

Benchimol (2009) cita ainda que no final do século XIX em Belém, capital do Pará, o preconceito era menor, mas existente, já que a maior parte da população era negra ou mulata, e de certa forma a ascensão social e profissional destes se deu de forma menos lenta, acarretando em uma melhora progressiva em relação ao status do afro-brasileiro.

O gênero também influenciava na ascensão do afro-descendente durante o ciclo da borracha na Amazônia. A ascensão da mulher afro-brasileira se fazia geralmente por manter relações amorosas com parceiro branco, às vezes até resultando em casamento, e o preconceito era em partes vencido, já que o ditado colonial de que mulher branca é para casar, negra para trabalhar e mulata para sexo, ainda prevalecia.

A melhoria no status do homem negro se deu por duro processo de formação profissional, perpassando por colégios profissionais e faculdades de ensino superior. Muitos deles vieram formados, a maioria bacharel em direito, vindo de Olinda, Recife, e Bahia, chegando para desempenhar papéis importantes, como advogados, juízes, desembargadores e outras profissões liberais, como engenheiros, médicos, etc. A política também foi um meio de ascensão social do afro-brasileiro amazônida, onde alguns se tornaram deputados, governadores e prefeitos (BENCHIMOL, 2009).

No Pará, o grande marco da presença do negro no cotidiano social como “igual” foi com a Cabanagem, revolta popular que se deu nos anos de 1835 a 1840 durante o período imperial, no qual a população menos favorecida reivindicava por melhores condições de vida e lutava contra o descaso político no qual a região vivia. O negro que antes fugia para os mocambos/quilombos distantes aderiu em massa ao movimento, pretendendo alcançar a liberdade. Porém, diante da repressão sobre a revolução cabana, o negro foi obrigado a retomar seus métodos tradicionais de resistência, e assim os mocambos/quilombos se multiplicaram em grande número pela Amazônia (SALLES, 1971).

A capoeira nesse processo representou simbolicamente a defesa e a luta do negro contra essa condição que lhe foi imposta, fugindo do cativeiro e brigando diariamente por respeito, liberdade, igualdade social e até mesmo econômica.

## A Capoeira no Pará

Um século após o descobrimento do Brasil surge em nossa história o Estado do Pará, que se manteve isolado no período colonial juntamente com os Estados que hoje conhecemos como Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte do Mato Grosso. Juntos formavam o Estado do Grão-Pará. Esse isolamento foi constante ao longo de todo o período colonial e se deu porque os portugueses tomaram a foz do Rio Amazonas com o objetivo de proteger o território das invasões de outras nações européias. No entanto, a ocupação não se reverteu em exploração econômica significativa e benéfica para a região, já que mais de um século depois, ainda não havia moeda corrente e as condições materiais de vida eram muito precárias (COELHO, 2008).

Somente no século XIX, com a extração da borracha, ocorreu um significativo surto econômico, e um conseqüente crescimento populacional se deu, juntamente com a reorganização dos espaços urbanos, que acarretaram diversos problemas sociais.

Apesar de a escravidão ter sido abolida em 1888, a discriminação, des-caso, e o preconceito ainda eram constantes na vida dos negros que viviam no Brasil. Muitos se deslocavam para as periferias dos centros urbanos em busca de condições de vida menos desumanas. O Rio de Janeiro, capital do país até então, era o lugar mais procurado. Tal descolamento provocou inchaço urbano, causando uma grande reestruturação social e aumento da violência e criminalidade (RAIOL DOS SANTOS, 2015).

A partir de então surgiram grupos de capoeira denominados maltas e nações, que disputavam espaços na cidade, causando medo e desordem, tornando o setor urbano um verdadeiro caos.

Diante desse contexto e levando em consideração os problemas causados pelas maltas, o Marechal Deodoro da Fonseca, instituiu o decreto-lei em 1890 de nº 487, tornando a prática da capoeira ilegal. Assim, as maltas foram perseguidas e dissolvidas. Seus integrantes espalharam-se por todo o Brasil, e quem fosse flagrado praticando capoeira seria punido, podendo ser preso, mandado para as forças armadas, ou deportado, caso fosse estrangeiro. Tal perseguição afetou não só os capoeiristas, mas todos os negros que viviam nas

idades, mesmo se não tivessem relação alguma com a capoeira (RAIOL DOS SANTOS, 2015).

Diversas foram as justificativas para fundamentar a perseguição: o perigo para a ordem pública, o aumento da criminalidade, a escassez de mão-de-obra para a lavoura e muitos outros fatores de menor importância (SALLES, 1971).

O Pará foi um grande pólo de recebimento dos capoeiras disseminados por todo o Brasil, o que mudou drasticamente a vida em Belém, pois vieram capoeiristas não só do Rio de Janeiro, mas também de Salvador e Recife, tornando as ruas da capital paraense espaços arriscados onde era perigoso transitar.

Salles (1971) diz que em Belém, a reordenação urbana, onde muitas famílias, formadas em sua maioria por negros, foram expulsas de áreas centrais para periféricas, não significava necessariamente apenas obter o progresso no sentido físico urbano, mas também alcançar o controle sobre as práticas populares na época consideradas como perigosas e prejudiciais à sociedade, já que apesar de ser proibida, a capoeira ainda era praticada em locais fechados e longe dos olhos das autoridades. Assim, foi criada uma grande campanha repressiva contra as práticas consideradas inadequadas e que tinha como meio de difusão, as páginas dos jornais da época, que criaram e propagaram um projeto rígido para disciplinar a população, onde os capoeiras e vagabundos seriam os principais alvos.

Paradoxalmente, a mesma elite que a condenava, a utilizava, principalmente nas questões de divergências de interesses políticos entre monarquistas e republicanos. Ambas as partes eram protegidas pelos capoeiristas, que atuavam como uma espécie de guarda-costas dessas grandes figuras do estado.

A maioria destes capoeiristas era muito conhecida nas periferias, pois sempre estavam à frente de grandes grupos de boi-bumbá na cidade, localizados principalmente nos bairros do Jurunas e Umarizal, e é a partir daí que a capoeira ganha uma característica que a difere das demais regiões do Brasil. Em suas saídas pela cidade, quando dois grupos de bumbá se encontravam, a rivalidade sempre prevalecia, e após o canto de desafio cantado por um deles, a troca de golpes era intensa. Dessa forma, as experiências e conhecimentos práticos dos capoeiristas eram fundamentais para o triunfo de um dos lados, por isso sempre estavam presentes (SALLES, 1971).

Somente na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, a capoeira sofreu sua primeira grande transformação por intermédio de Mestre Bimba (Manoel dos Reis Machado), ao criar a luta Regional Baiana, nomenclatura dada para camuflar a capoeira, já que na época era proibida, sendo essa a atual capoeira regional. Bimba inseriu características de outras artes marciais à capoeira, fortalecendo a presença da mesma no Brasil, e em 1932 abriu a primeira academia de capoeira do Mundo, sendo chamada de Centro de Cultura Física Regional. A difusão da capoeira e o esclarecimento acerca dos preconceitos sobre sua prática contribuem para que em 1935 o decreto-lei que a proibia fosse revogado, colaborando para a imagem de uma arte genuinamente nacional e benéfica para corpo e mente. (RAIOL DOS SANTOS, 2015).

A capoeira foi padronizada e se tornou esporte a partir de sua legalização, passando a ter caráter competitivo e regras voltadas para a preservação da integridade física dos seus participantes. Sua popularização se tornou argumento para manobras políticas de caráter populista e assistencialista, tendo como discurso o esporte como instrumento de inclusão social e ao alcance de todos, sem distinção de cor, condição social e econômica.

## Uma Possibilidade Metodológica para o Ensino da Capoeira a Educação Básica

A lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, buscando a valorização da tradição negra, redução do preconceito e ascensão da igualdade de condições de vida e cidadania, além do respeito à pluralidade cultural do miscigenado povo brasileiro. Os conteúdos devem remeter à musicalidade, oralidade, religiosidade, tradição, ludicidade, ancestralidade e as formas de luta, resistência e transformações étnico-raciais, dentre elas a capoeira.

Desse modo, cabe aos professores da Educação Básica de modo geral, incluir em seus planejamentos estratégias que visem à introdução da temática relacionada ao continente africano em suas aulas. O professor de Educação

Física, em especial, levando em consideração as dimensões lúdicas, das danças e das lutas, pode e deve trabalhar com a capoeira, pois se trata de um conteúdo que faz parte da cultura corporal de movimento, jamais podendo desassociar a sua prática motora ao contexto histórico, social, cultural e político no qual está inserido (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

A capoeira é uma arte riquíssima em saberes, princípios e valores que devem ser explorados no contexto escolar, a fim de sempre ratificar a sua importância histórica como elemento de libertação social e cultural. Sua musicalidade e sua abrangente possibilidade de movimentos corporais mesclam defesas e ataques, jogo, musicalidade e ritmo numa só expressão cultural.

Sendo assim, a capoeira, apesar de na essência obter os condicionantes que a caracterizam como luta, ganhou durante o seu processo de difusão diversos significados e características, podendo ser classificada como jogo, dança ou esporte, dependendo da perspectiva que é usada como parâmetro.

A roda de capoeira é cercada de simbologias e rituais que pouco fazem sentido para quem não os conhecem, e contempla diversos significados pautados em nobres valores e princípios, podendo ser um poderoso instrumento metodológico para o ensino da capoeira. A começar pela demonstração de respeito com um toque de mãos que deve obrigatoriamente acontecer antes e depois do jogo; pelo caráter lúdico que é intrínseco ao jogo, pois o capoeirista se diverte ao jogar, sempre com um sorriso compartilhado por ambos, mas que pode camuflar uma tentativa de acertar ou derrubar o adversário, já que a malícia faz parte do enredo do jogador de capoeira. Pela religiosidade, expressa nas vestimentas, músicas, coros, toques de atabaque, e na fé de cada um. O capoeirista deve benzer-se ao pé do berimbau, como se estivesse pedindo permissão às entidades para poder jogar e proteção para que nada de ruim acontecesse. Por fim, pela cooperação e solidariedade dos envolvidos principalmente com os capoeiristas menos experientes, tornando viável a inclusão de todos, independentemente de graduação, condição física, gênero, ou qualquer outra distinção.

A capoeira é uma prática corporal resistente por natureza. Foi instrumento de luta contra a escravidão, resistiu ao preconceito burguês da época do ciclo da borracha em Belém e na Amazônia. E mais ainda, resiste enquanto esporte que não satisfaz os interesses do capitalismo, pois não gera grandes lucros ao mercado dos megaeventos, e a era dos grandes shows de MMA.

A explicação para essa resistência é que se trata de uma tradição de essência afro-brasileira que não está limitada a uma única prática, mas, ao contrário, apresenta um grande leque de possibilidades que tem o objetivo de formar jogadores/cidadãos com base em princípios e valores, tornando-os conscientes sobre o contexto no qual a capoeira surgiu e como ela representou e representa uma forma de luta e expressão de liberdade. Na perspectiva escolar, a prática da capoeira pode fazer com que o convívio entre os alunos seja satisfatório, o que refletirá conseqüentemente, de forma positiva fora da escola, no convívio familiar e no cotidiano dos demais grupos sociais ao qual se inserem.

É extremamente necessário que o professor apresente para seus alunos essa rica ancestralidade carregada de saberes e tradições de cunho africano e afro-brasileiro, não deixando de lado a parte motora que também é importante. Só assim pode-se entender e contemplar a capoeira na sua totalidade, tornando o processo de ensino aprendizagem dessa prática que perdura por séculos algo que realmente contribua para uma formação cidadã.

Infelizmente, o ensino da capoeira e das lutas em geral ainda é pouco difundido nas escolas de Educação Básica de nosso país. Segundo Nascimento e Almeida (2007), dois fatores principais explicam tal afirmação: a falta de vivência pessoal em lutas por parte dos professores, tanto no cotidiano de vida, como no âmbito acadêmico; e a preocupação com o fator violência, que julgam ser intrínseco às práticas de luta, o que incompatibiliza a possibilidade de abordagem deste conteúdo na escola.

No entanto, o fato de que grande parte dos professores não tem experiências relativas à prática da capoeira e das lutas em geral não torna inviável a apropriação do conteúdo, pois o professor de Educação Física deve atuar como pesquisador, apropriando-se do conhecimento científico e podendo trabalhar diversos conteúdos em diferentes perspectivas. Por exemplo, é perfeitamente possível trabalhar com os elementos da capoeira abordando a dimensão da musicalidade, instrumentos e ritmos. Cabe ao professor, ter sensibilidade e saber explorar as potencialidades dos discentes para encontrar a melhor forma de garantir o acesso de seus alunos a uma formação ampla, crítica e cidadã.

Em relação à preocupação dos professores no que diz respeito à violência que pode ser gerada no ensino das lutas, deve-se dizer que estas trazem consigo filosofias milenares, carregadas de valores e princípios que contribuem para

formar cidadãos responsáveis, éticos, solidários, respeitosos, e disciplinados, desassociando totalmente de práticas com características violentas e perigosas.

## Considerações Finais

Apesar da contribuição do negro africano e seus descendentes para a construção histórica, política, social e cultural da Amazônia ter sido pouco valorizada e de certa forma esquecida por muitos historiadores, a expressão afro-brasileira, evocativa de um processo étnico e histórico, se incorpora ao viver amazônico, com a missão de tornar o país mais democrático e rico em valores e diversidades culturais, pois se manifesta nas mais diversas formas de cultura e nas relações sociais corriqueiras do cotidiano.

O Estado vem buscando formas de implementar os demais elementos da cultura africana nos espaços sociais e educativos, visando o reconhecimento da importância de fazê-lo a fim de contribuir para uma sociedade mais igualitária, menos preconceituosa e que respeite as diferenças e a pluralidade cultural de nosso país.

A capoeira nesse processo chega até às escolas, carregada de ancestralidade e atuando como valioso instrumento de valorização da cultura africana e afro-brasileira, contribuindo para uma formação ampla, crítica e cidadã, tendo em vista seu grandioso caráter educativo.

---

**RESUMO:** Este trabalho configurado por meio de pesquisa teórica de cunho bibliográfico tem por objetivo reconhecer e valorizar a identidade cultural africana e afro-brasileira, explicando a depreciação sociocultural do continente africano; investigando a contribuição dos africanos e afrodescendentes para a estruturação étnica cultural e social da Amazônia e o surgimento da capoeira no estado do Pará, traçando paralelo com a marginalização e subsequente legalização da mesma e propondo possibilidades metodológicas para o ensino da capoeira na Educação Básica. Concluiu-se que os dogmas cristãos tiveram uma importante participação para a depreciação do continente africano e que a contribuição dos africanos e dos afrodescendentes para a formação histórica social e cultural da Amazônia tem sido menosprezada e desvalorizada, apesar de tais sujeitos terem sido importantíssimos para este processo. Nesta perspectiva, a capoeira surge como um símbolo de luta e expressão cultural de rica ancestralidade, podendo chegar até as escolas como elemento de valorização e reconhecimento da identidade cultural africana e afro-brasileira.

**Palavras-chave:** Capoeira; Formação étnico-cultural; Amazônia; Educação Básica.

**ABSTRACT:** This paper configured as a bibliographic research that aims to recognize and value the African and African-Brazilian cultural identity, explaining the socio-cultural depreciation of the African continent; investigating the contribution of African and Afro-descendants to the cultural and social ethnic formation of the Amazon and the emergence of capoeira in Pará state, tracing a parallel to the marginalization and subsequent legalization of the same and proposing methodological possibilities for teaching capoeira in school education. It was concluded that the Christian dogmas had an important role to the depreciation of the African continent. The contributions of Africans and African descendents to social and cultural historical formation of the Amazon has been overlooked and undervalued, although these subjects have been very important for this process. In this perspective, capoeira appears as a symbol of struggle and cultural expression of rich ancestry and can reach up schools as a recovery element and recognition of African and African-Brazilian cultural identity.

**Keywords:** Capoeira; Ethno-cultural organization; Amazon; school education.

## Referências

- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia - Formação social e cultural**. 3ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2009.
- BONFIM, Genílson Cesar Soares. **A Prática da Capoeira na Educação Física e sua Contribuição para a aplicação da Lei 10. 639 no Ambiente Escolar: A capoeira Como Meio de Inclusão Escolar e de Cidadania**. Set 2012. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/coneque/3coneque/paper/viewFile/2379/975>>. Acesso em: 04 março 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: 10 março 2008.
- BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Brasília: 1º dezembro 2003.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920)**. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **O negro e a formação de professores no Pará: aproximações metodológicas**. In: ALVES, Laura Maria Silva Araújo et al. *Cultura e Educação: reflexões para a prática docente*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 81-108.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NASCIMENTO, Paulo Rogério Barbosa do. ALMEIDA, Luciano de. **A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades**. Movimento, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 91-110, set./dez. 2007.
- PAIVA, EF. *Corpos pretos e mestiços no mundo moderno - deslocamento de gentes, trânsito de imagens*. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 69-106.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

RAIOL DOS SANTOS, M. A. **Lutas e seu Ensino na Educação Básica: Fundamentos teórico-pedagógicos da – Volume I**. Belém: Editora Açaí, 2015.

RECEBIDO EM OUTUBRO DE 2014  
APROVADO EM DEZEMBRO DE 2014